



PREFEITURA  
MUNICIPAL DE  
CANTAGALO

HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

## LEI Nº 1.520/2019, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

### PUBLICADO

Jornal DOE  
Edição 409 PG: 122  
Data 04/12/19 a 11

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO  
SANEAMENTO BÁSICO.

Rúbrica

O Prefeito do Município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica instituído o Conselho Municipal de Controle Social do Saneamento Básico, no âmbito do Município de Cantagalo, com fundamento na Lei Federal nº 11.445/2007, que “*estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico*”.

Art. 2º – O Conselho Municipal de Controle Social do Saneamento Básico do Município de Cantagalo é um órgão colegiado de caráter consultivo na formulação, planejamento e avaliação da Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 3º – Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico do Município de Cantagalo:

I – Debater e fiscalizar a Política Municipal de Saneamento Básico e a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;

II – Diagnosticar a situação e prestar as informações necessárias para a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;

III – Encaminhar reclamações e denunciar irregularidades na prestação de serviços.



PREFEITURA  
MUNICIPAL DE  
CANTAGALO

HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

§ 1º – As competências do **Conselho Municipal de Controle Social do Saneamento Básico** são limitadas às matérias relativas ao Município de Cantagalo.

§ 2º – O Município fornecerá ao **Conselho Municipal de Controle Social do Saneamento Básico** a estrutura física necessária para o exercício de suas atividades.

§ 3º – O conselho deve atuar com autonomia, sem subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato de seus membros.

§ 4º – A reunião do conselho será pública e seu agendamento deverá ser divulgado com antecedência mínima de **05 (cinco) dias** nos meios de divulgação do Município.

§ 5º – Os membros do órgão terão mandato de **02 (dois) anos**, podendo ser prorrogado por igual período.

**Art. 4º – O Conselho de Controle Social do Saneamento Básico do Município de Cantagalo** será composto pelos seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes:

I – 2 (dois) representantes de **Entidades Organizadas da Sociedade Civil** que possuem atuação direta ou indiretamente na área de saneamento básico;

II – 2 (dois) representantes da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**;

III – 2 (dois) representantes da **prestadora de serviços públicos de saneamento básico** no Município;

IV – 2 (dois) representantes dos **usuários de serviços de saneamento básico** que possuam alguma formação técnica ou comprovada experiência na área de saneamento básico;



**PREFEITURA  
MUNICIPAL DE  
CANTAGALO**

**HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

**V – 1 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;**

**VI – 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.**

**Parágrafo único – A representação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Commads) se dará através de membro da sociedade civil integrante daquele conselho a fim de preservar a paridade de representação no Conselho Municipal de Controle Social do Saneamento Básico do Município de Cantagalo.**

**Art. 5º – A atuação no Conselho de Controle Social do Saneamento Básico do Município de Cantagalo é considerada atividade de relevante interesse público, não cabendo qualquer espécie de remuneração ou ajuda de custo.**

**Art. 6º – As reuniões do Conselho de Controle Social do Saneamento Básico do Município de Cantagalo serão realizadas ao menos uma vez a cada dois meses e as extraordinárias sempre que convocadas por seu presidente ou por um terço de seus membros.**

**Art. 7º – É assegurado ao Conselho de Controle Social do Saneamento Básico do Município de Cantagalo o acesso a quaisquer documentos e informações produzidas por órgãos ou entidades de regulação ou de fiscalização, bem como a possibilidade de solicitar a elaboração de estudos com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões, observado o disposto no § 1º do artigo 33 do Decreto Federal nº 7.217/2010.**

**Art. 8º – Eventuais despesas dos membros do Conselho de Controle Social de Saneamento do Município de Cantagalo, no exercício de suas funções, serão objeto de custeio por parte das entidades representadas, não cabendo ressarcimento pelo Município.**

**Art. 9º – As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações**



PREFEITURA  
MUNICIPAL DE  
CANTAGALO

HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 10** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em, 28 de novembro de 2019.

JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA  
PREFEITO